



9º Congresso de Pós-Graduação

INCLUSÃO DA PESSOA CEGA NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E APROVEITAMENTO ACADÊMICO

Autor(es)

MARIA LUCIA DE SOUZA HOLANDA

Orientador(es)

RENATA CRISTINA OLIVEIRA BARRICHELO CUNHA

1. Introdução

As idéias que embasam o presente artigo fazem parte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, que visa discutir a inclusão da pessoa cega no ensino superior, bem como as perspectivas do acesso, permanência e o aproveitamento acadêmico dessas pessoas. Nesta proposta de discussão procura-se problematizar o trinômio Acesso, Permanência e Aproveitamento acadêmico considerando que o processo de inclusão das pessoas cegas no ensino superior deve se traduzir em movimento de luta pelo o direito à educação e igualdade de oportunidade e de participação.

Ao refletir sobre esta questão, vale ressaltar que sejam quais forem as ações que visem à inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais nas instituições de ensino, estas devem levar em conta que o direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa, assegurando a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais. (GUIJARRO, 2005, p. 9).

Para fundamentar teoricamente essa discussão dialogamos com autores que ao longo da história vêm contribuindo e trazendo à tona elementos importantes para a superação de toda forma de exclusão e delineando perspectivas de educação democrática, inclusiva e de qualidade para todos, como Gaio (2006), Mazzotta (1996), Mendes (2001), Jannuzzi (2006), Stainback (1999), Sassaki (1997), entre outros, que valorizam a prática inclusiva frente aos desafios postos no cotidiano.

Gaio (2006, p.87) pontua que

(...) não podemos pensar o deficiente apenas do ponto de vista de um corpo fora dos padrões impostos historicamente pela sociedade. Urge uma nova visão de vida, que evoque dimensões utópicas de esperança, que possa valorizar o potencial humano presente em todos os seres humanos.

Sobre a história da Educação da pessoa com deficiência, Mazzotta (2005, p.16) aponta que ela começou a se delinear em nossa sociedade no final do século XVIII para o início do século XIX e que é exatamente nesse período que se iniciou a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. O autor afirma que tais providências se configuravam como iniciativas oficiais e particulares isoladas, reflexos do movimento e das atitudes de alguns educadores que manifestavam interesse pelo atendimento educacional das pessoas com deficiência.

Sassaki (1997, p. 16) nos revela que “as sociedades, em todas as culturas, atravessaram diversas fases no que se refere às práticas sociais”. Na visão do autor, ela começou praticando primeiro a exclusão social de pessoas que por não serem consideradas “normais” não pareciam pertencer à maioria da população. No decorrer da história, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições e em outro período passou para a prática da integração social e, recentemente, adotou a filosofia da inclusão para modificar os sistemas sociais gerais.

As sociedades historicamente marcadas por relações de poderes e discursos ideológicos foram “definindo cuidadosamente, desde os séculos passados, as diferenças entre normal e anormal e usaram essas definições para regular o comportamento das pessoas”

(EIZIRIK, 2006, p.37).

Aranha, (2004, p.7), considera que o “respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos”. Pensar a inclusão sem eliminar as barreiras físicas e de atitudes, as barreiras do preconceito e aquelas que impedem a igualdade de direitos e oportunidades de educação, saúde e emprego, não passa, portanto, de uma pseudoconcreticidade de inclusão.

Dentre os dispositivos legais voltados especificamente para os direitos dados às pessoas com deficiência no ensino superior temos a “Declaração Mundial sobre Educação Superior, para o século XXI: visão e ação”, realizada em Paris em outubro de 1998, que reconhece, no seu preâmbulo, a importância estratégica da educação do terceiro nível na sociedade contemporânea. A Declaração afirma que há “maior consciência da importância fundamental que esse tipo de educação tem para o desenvolvimento sociocultural e econômico, e para a construção do futuro”. Afirma no Art. 3º em Igualdade de Acesso que,

(...) Como consequência, para o acesso à educação superior não será possível admitir qualquer discriminação com base em raça, sexo, idioma, religião ou em considerações econômicas, culturais e sociais, e tampouco em incapacidades físicas. (d) Acesso ao ensino superior para os membros de alguns grupos-alvo específicos, como os povos indígenas, minorias culturais e lingüísticas, os grupos desfavorecidos, povos que vivem sob a ocupação e aqueles que sofrem de deficiência, deverá ser ativamente facilitada, uma vez que estes grupos, coletividades e como os indivíduos podem ter experiência e talento que pode ser de grande valia para o desenvolvimento das sociedades e das nações.

È necessário compreendermos que a verdadeira inclusão, seja em que nível de ensino for, deve ir além do ato político de incluir. De acordo com Susan Stainback & William & Stainback, (1999, p.26) o ensino inclusivo “é o valor social da igualdade, e que apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais”. Os autores ressaltam que, em contraste com as experiências passadas de segregação, “a inclusão impulsiona a prática da idéia de que as diferenças são aceitas e respeitadas”. É um modelo de ensino que faz sentido e é um direito básico – não é algo que alguém tenha de conquistar. Para Bernheim (2008, p.18) uma universidade que considera o saber pelo prisma do direito do cidadão, faz o que pode para refrear a despersonalização e valoriza a democratização, reflete uma sociedade em que os valores democráticos da cidadania são imperativos éticos e político da vida universitária.

2. Objetivos

O objetivo da presente pesquisa de mestrado é conhecer as trajetórias escolares de pessoas cegas que chegaram ao Ensino Superior para compreender como lidaram com as dificuldades ao longo de seu percurso acadêmico, bem como identificar os recursos e situações facilitadoras que promoveram o ingresso, permanência e o aproveitamento acadêmico desses sujeitos.

A questão orientadora da investigação é: Qual a trajetória e a experiência dos alunos cegos no ensino superior no que se refere ao acesso, permanência e aproveitamento acadêmico?

3. Desenvolvimento

O estudo implica uma revisão bibliográfica sobre a inclusão das pessoas cegas no ensino superior e uma pesquisa de campo que envolve entrevistas semi-estruturadas, audiogravadas e transcritas, com 03 alunas cegas que freqüentaram uma universidade confessional de uma cidade no interior do estado de São Paulo. Para atender aos objetivos anunciados, os questionamentos da entrevista abordaram de início, a origem da deficiência de cada participante e a suas trajetórias escolares, do ensino fundamental ao superior. Foi solicitado para que narrassem sua trajetória escolar dando destaque às experiências didático-pedagógicas que cooperaram para a superação das dificuldades no Ensino Superior.

4. Resultado e Discussão

As análises preliminares das entrevistas estão sendo organizadas em quatro categorias, a saber:

- Principais dificuldades vivenciadas pelos participantes no decorrer da sua trajetória escolar:

As três entrevistadas, a partir de suas experiências, descreveram dificuldades comuns no início de sua escolarização, destacando a falta de acesso aos materiais escolares, a falta de adaptação desses materiais (braille, digitalizado, materiais ampliados) e a falta de profissionais preparados para o trabalho de inclusão, configurando um quadro de desigualdade de oportunidades.

- Experiências do aluno cego no que se refere ao acesso ao ensino superior

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas na etapa inicial da escolarização, o acesso ao ensino superior, segundo as entrevistadas (identificadas com nomes fictícios para preservar seu anonimato), se deu de forma tranquila. Ao se submeterem ao processo seletivo, a universidade disponibilizou os recursos necessários para a realização da prova.

Nome 1 Ermínia - Fui fazer cursinho (...) eu sempre gostei de História e me encantei e decidi fazer faculdade de História. Em 2005 prestei e passei.

Nome 2 YASMIN - Quando eu fui prestar o vestibular especifiquei que eu precisava de uma prova em braille e a universidade providenciou. Então a prova foi feita em braille e tudo e daí a monitora passou as questões para o gabarito e ditei a redação pra ela que eu tinha feito em braille e tudo foi normal. Tudo correu muito bem.

Nome 3 Rosa Maria - Foi interessante, porque assim, no vestibular, teve uma professora da sala de recurso, que ficou comigo das duas da tarde até as dezenove horas e trinta minutos. Foi uma prova enorme, em Braille. Um monstro. Metade da prova eu li, metade da prova a professora leu. Então, assim, eu adorei quando soube que eu tinha passado.

- Situações facilitadoras que promoveram a permanência no ensino superior

De modo geral, as alunas relataram que no início do curso, os primeiros seis meses foram muito difíceis por falta de adaptação de materiais.

Aluna 1 - Ermínia - Dentro da Universidade, os primeiros seis meses foram um pouquinho complicados pro curso. Por quê? Por que não se tinha um setor que adaptasse esse material. Tinha alguns alunos que adaptavam, mas numa quantidade pequena, e agora? Eram sete disciplinas e, bem dizer lá, sem ter esses textos em mãos. O que aconteceu? Montou-se um grupo de alunos e eles foram adaptando o material no começo.

Aluna 2 - YASMIN - Depois que entrei na universidade, no Curso de Letras, eu tive que me virar, porque não tinha nada adaptado, eu tinha sido a primeira aluna cega no Curso de Letras; não duvido nada que eu tenha sido a primeira das Ciências Humanas.

Aluna 3 - Rosa Maria - O que eu fazia? Eu tinha que perguntar sempre para os amigos, e também tinha que depender sempre de alguém da família para ler os textos para mim. Eram textos muitos difíceis, então, às vezes, eu só tinha acesso a eles depois que já tinham sido dados em sala de aula.

- Situações facilitadoras que promoveram o aproveitamento acadêmico no ensino superior

Aluna 1 - Ermínia - . E aí, dentro da Universidade, eu tive a qualidade de aprendizagem que eu sempre achei que devia ter. A aprendizagem que eu digo de qualidade. Eu sempre costumo dizer que dentro da Universidade eu vivi no céu durante quatro anos. Por que assim? Porque minha dificuldade só foi nos primeiros seis meses, não por que eles não queriam adaptar o material, mas porque era uma quantidade muito grande e que você tinha que fazer de uma forma adiantada.

Aluna 2 - YASMIN - Que eu aproveitei o melhor que eu poderia, que eu fiz da melhor maneira que podia ter feito nas condições que eu tinha.

Aluna 3 - Rosa Maria: Aproveitei tudo o que eu pude e o que não pude. O que eu achei que estava falho eu foi atrás também. Não fiquei esperando ninguém e ninguém por mim.

Ao descreverem suas experiências, as alunas com deficiência visual nos revelaram que a inclusão da pessoa cega no ensino superior está associada precisamente à adaptação e ao acesso aos materiais no decorrer das disciplinas para que o aproveitamento acadêmico se processe com qualidade. De acordo com parecer da aluna Ermínia ela ressalta,

No meu caso o que garantiu a minha permanência foi à adaptação de recursos, de materiais e foi exigir de mim o que exigia de todos os alunos. Posso te garantir que a aprendizagem de qualidade e a minha permanência foi isso.

Vale reforçar que no presente artigo tratamos apenas de dados preliminares dos resultados obtidos, considerando que a pesquisa está em fase de desenvolvimento e análise mais profunda e que, por certo, exigirá uma descrição mais detalhada dos sujeitos da pesquisa.

5. Considerações Finais

O estudo em questão tem como objetivo refletir sobre a inclusão da pessoa cega no ensino superior considerando as condições de acesso, permanência e o aproveitamento acadêmico desses sujeitos.

Os relatos oriundos das entrevistas nos apontam, inicialmente, a importância de compreendermos que por meio dos materiais adaptados, especialmente textos digitalizados, garantimos e ampliamos as possibilidades de aproveitamento acadêmico das pessoas cegas, uma vez que viabilizar o acesso ao ensino superior não é suficiente.

O país tem um grande número de dispositivos a favor da inclusão, mas é preciso zelar por seu acompanhamento. Para Campbell (2009), as políticas públicas devem se traduzir na incorporação das diferenças como atributos naturais da humanidade, no reconhecimento e na afirmação de direitos, na abertura para inovações no campo teórico-prático e na assimilação de valores, princípios e metas a serem alcançadas.

Referências Bibliográficas

ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica. In: ARANHA, M. S. F. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28 p.

BERNHEIM, C. T. Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. 44 p.

CAMPBELL, Selma Inês. Múltiplas faces da Inclusão. Rio de Janeiro. Wak Ed. 2009.

EIZIRIK, Marisa Faermann. Por que a diferença incomoda tanto? Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_por_que_a_diferenca.asp>. Acesso em: 28 de ago. de 2011.

ENSAIOS PEDAGÓGICOS, Construindo escolas inclusivas. In Guijarro Maria Rosa Blanco, Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. 1. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. (organizadoras) Caminhos Pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

JANNUZZI, G. S. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. (2006), A radicalização do debate sobre inclusão no Brasil. Rev. Bras. Educ., Dez, vol.11, n.33, p.406-423. ISSN 1413-2478.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.